



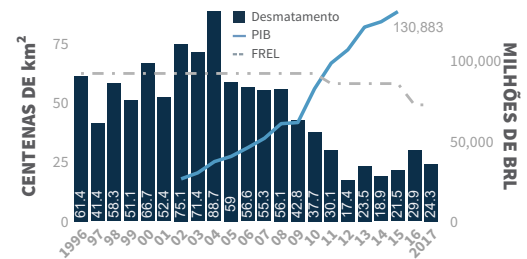
DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXA EMISSÃO (DRBE) EM RESUMO

- História dos movimentos de base e inovadoras políticas jurisdicionais de desenvolvimento sustentável
- A expansão não regulamentada da fronteira introduziu a ocupação desordenada de terras, crimes e altas taxas de desmatamento, mas também produziu fortes movimentos sociais para combater essas questões
- O Programa Municípios Verdes do Pará (PMV, 2011-2017) consistiu em uma abordagem jurisdicional inicial de DRBE, incluindo incentivos como acesso prioritário a crédito e assistência técnica para municípios que conseguiram ser removidos da lista suja de desmatamento do governo federal
- O Acordo de Pecuária e o Protocolo dos Grãos foram instrumentos bem-sucedidos para envolver o setor privado, a sociedade civil e os órgãos estaduais na redução do desmatamento. O sucesso do Acordo de Pecuária levou à sua expansão para outros estados amazônicos brasileiros
- Nos últimos anos, tem havido esforços para harmonizar o DRBE no estado sob uma estratégia jurisdicional central, com diversas iniciativas anunciadas

MOTORES DE DESMATAMENTO	Pecuária de grande escala Pecuária de pequena escala Agricultura em pequena escala Especulação de terras
MÉDIA ANUAL DE EMISSÕES DE DESMATAMENTO	113,47 Mt CO ₂ (2010-2015) <i>Inclui biomassa acima do solo, biomassa abaixo do solo e lixo</i>
ÁREA	1.247.954 km ²
POPULAÇÃO	8.492.218 (2018)
IDH	64,60 (2010)
PIB	US\$ 35,92 bilhões (2015, Ano base 2010)
GINI	0,459 (2015)
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Serviços públicos Comércio Extração de recursos não renováveis
POPULAÇÃO RURAL/URBANA	32%/68%



Fontes de dados: Socioeconômica: IBGE; Desmatamento: PRODES

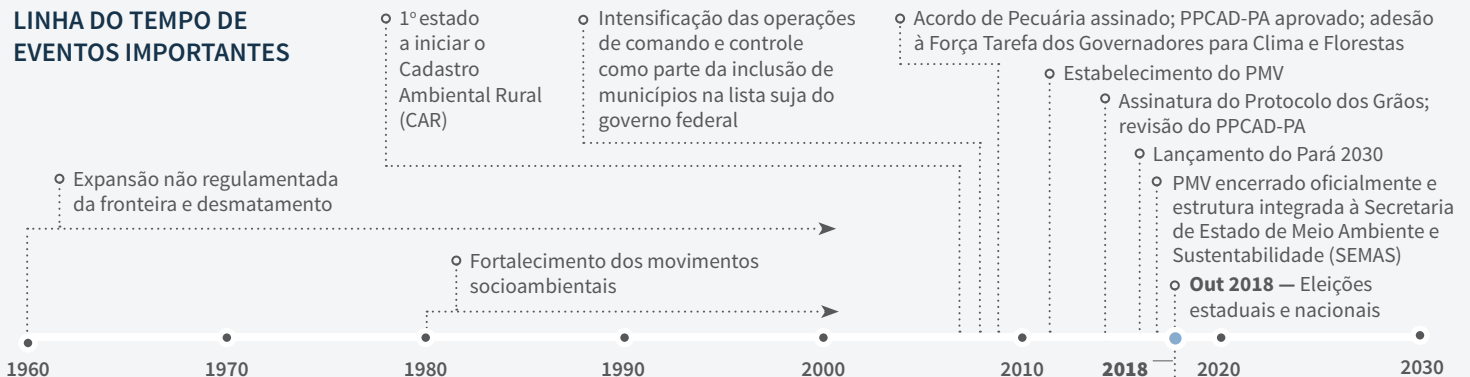


DESTAQUE EM INOVAÇÃO

O **Acordo de Pecuária** do Pará consiste em uma estrutura de abastecimento sustentável que tem sido fundamental para reduzir o desmatamento e promover a regularização da posse da terra. Impulsionados por acusações e multas de desmatamento aplicadas a suas terras, muitos dos principais frigoríficos e empresas exportadoras do país começaram a negociar com o Ministério Público Federal e com o Governo do Pará, e juntos assinaram o acordo em julho de 2009. Dentro dessa estrutura, o setor privado concordou em acabar com o desmatamento, registrar propriedades fornecedoras no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e interromper a aquisição de gado a

partir de áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e pela Lista Suja do Trabalho Escravo. O acordo também incluiu salvaguardas reforçadas para unidades de conservação e territórios indígenas. O acordo foi posteriormente ampliado a outros estados amazônicos, e, até o momento, assinado por frigoríficos que representam 70% da capacidade de abate. Os principais desafios incluem o monitoramento de fornecedores indiretos e a ampliação do número de matadouros signatários.

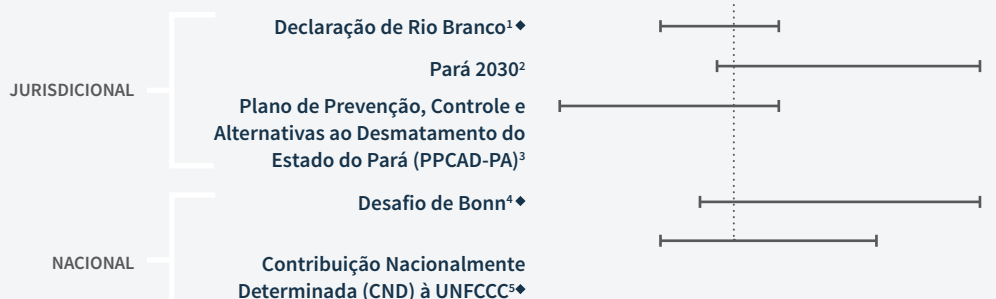
LINHA DO TEMPO DE EVENTOS IMPORTANTES



COMPROMISSOS

◆ *Parte de acordo internacional*

- 1 Reduzir o desmatamento 80% abaixo da base de referência.
- 2 Crescimento de 5,3% do PIB por ano e 3 milhões de empregos gerados.
- 3 Reduzir o desmatamento em 80% em comparação com a base de referência.
- 4 Contribuir com a meta nacional: restaurar 12 milhões de hectares de terras desmatadas.
- 5 Contribuir com a meta nacional: redução de emissões de GEE em 37% abaixo dos níveis de 2005 (contribuição estadual não definida).



INTERVENÇÕES-CHAVE

✘ DESINCENTIVOS

📅 MEDIDAS ESTRUTURANTES

🏆 INCENTIVOS

FINANCIAMENTO	ORGANIZAÇÃO(ÕES) IMPLEMENTADORA(S)	INTERVENÇÃO & FOCO	BENEFICIÁRIOS
NENHUMA	NACIONAL PÚBLICA ¹ NACIONAL PRIVADA ²	Acordo de Pecuária ✘ Abastecimento sustentável	Fazendeiros
NACIONAL PÚBLICA ³ ESTADUAL PÚBLICA ⁴	ESTADUAL PÚBLICA ⁴	Programa Municípios Verdes (PMV) 📅 🏆 Esclarecimento de posse e incentivos para reduzir o desmatamento	Governos municipais, proprietários de terra
NENHUMA	NACIONAL PÚBLICA ¹ ESTADUAL PÚBLICA ⁵ MUNICIPAL PÚBLICA ⁶ NACIONAL PRIVADA ⁷	Protocolo dos Grãos ✘ Abastecimento sustentável	Comerciantes
ESTADUAL PÚBLICA ⁴	ESTADUAL PÚBLICA ⁸	Pará 2030 📅 🏆 Meios de vida rurais, desenvolvimento econômico	Setor privado, municípios, comunidades locais

1 Ministério Público Federal (MPF). 2 Matadouros e frigoríficos. 3 Fundo Amazônia. 4 Governo do Estado do Pará. 5 PMV. 6 Governos municipais de Dom Eliseu e Paragominas. 7 Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e comerciantes. 8 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME).

PROGRESSO RUMO À SUSTENTABILIDADE JURISDICCIONAL

🟡 RECENTE 🟠 INTERMEDIÁRIO 🟢 AVANÇADO

Estratégia integrada de DRBE	🟡	<ul style="list-style-type: none"> O PMV, uma estrutura jurisdiccional inicial de DRBE, fornece um exemplo para abordagens atuais a ser criadas e aprimoradas Discussões em andamento para desenvolver um programa central de DRBE jurisdiccional
Plano espacial	🟢	<ul style="list-style-type: none"> Zonamento Espacial (ZEE) atualizado em 2012 (embora exclua as planícies aluviais de Marajó) Processo pioneiro de planejamento multiautores da BR-163 resulta na incorporação ao ZEE
Metas de desempenho	🟠	<ul style="list-style-type: none"> PPCAD-PA e Declaração de Rio Branco estabelecem metas para reduzir o desmatamento Pará 2030 estabelece metas e incentivos para o crescimento econômico e desenvolvimento agrícola sustentável Não há metas jurisdicionais de restauração
Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV)	🟠	<ul style="list-style-type: none"> Sistema estadual Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (CIMAM) monitora o desmatamento via De Olho na Floresta e as emissões de gases de efeito estufa via PREGCEED, mas requer maior aperfeiçoamento Algoritmo do CIMAM detecta o desmatamento em uma escala mais precisa do que o sistema nacional PRODES
Políticas e incentivos	🟠	<ul style="list-style-type: none"> O Proambiente, um programa inicial do tipo pagamento por serviços ambientais, cresceu de uma iniciativa de base para uma iniciativa federal, mas terminou prematuramente Pará 2030 contém planos econômicos específicos para 14 setores prioritários (por exemplo, pecuária) Programas nacionais para agricultura de baixo carbono (ABC) e agricultores familiares (PRONAF) oferecem crédito para agricultura sustentável
Governança multiatores	🟠	<ul style="list-style-type: none"> O fórum anterior do PMV e processos multiatores específicos (barragem de Belo Monte, rodovia BR-163) fornecem precedente para a governança multiatores Fórum de Mudanças Climáticas recentemente reativado para conduzir o programa jurisdiccional de DRBE
Agropecuária sustentável	🟠	<ul style="list-style-type: none"> Existem acordos de desmatamento zero com os setores de pecuária e grãos, mas eles não incluem todos os atores e não estão totalmente implementados Fornecedores indiretos de pecuária representam desafios de rastreabilidade
Povos indígenas e comunidades locais	🟠	<ul style="list-style-type: none"> Titulação de terras e CAR enfrentam problemas de reivindicações e fraudes simultâneas Consultas inconsistentes com povos indígenas e comunidades tradicionais (CT) Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) para apoiar as CTs originados no Pará em resposta a conflitos
Financiamento do DRBE	🟡	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Amazônia (BNDES/Noruega) financia 35 projetos para produção sustentável, planejamento do uso da terra, etc. Esforços para atrair financiamento internacional e privado da Iniciativa de Comércio Sustentável (IDH) e outros; resultados limitados até o momento

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

DESAFIOS

- Ocupação de terra descontrolada e falta de cumprimento regulatório criam barreiras à regularização da posse da terra e acesso a financiamento
- Pequenos agricultores têm dificuldade especial para acessar financiamentos devido a altos custos de transação e informalidade
- Políticas continuam valorizando o desenvolvimento econômico tradicional (ex.: mineração, barragens, etc.) com pouco efeitos positivos às comunidades locais
- Políticas de DRBE visam à cooperação intersetorial, mas enfrentam dificuldades para coordenar diferentes setores

OPORTUNIDADES

- Desafio de Bonn oferece uma estrutura com apoio da comunidade internacional para restaurar grandes áreas de pastagens degradadas (cerca de 3 milhões de hectares no Pará)
- Iniciativas financeiras do setor privado (ex.: royalties de mineração, fundos de compensação de barragens) fornecem uma nova fonte de financiamento
- Interesse crescente por parte de bancos e compradores internacionais que podem oferecer incentivos (ex.: crédito mais barato, prêmios de mercado) aos atores que demonstrarem existir mecanismos de sustentabilidade em vigor
- Inovações-piloto setoriais para melhores práticas agrícolas, intensificação da pecuária e restauração fornecem uma base para estratégia jurisdiccional de DRBE

CITAÇÃO | F. Brandão, C. Chan, T. Moreira, F. Fonseca, D. McGrath. 2018. "Pará, Brasil" em C. Stickler et al. (Eds.), *O Estado do Sustentabilidade Jurisdiccional*. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.

REFERÊNCIAS COMPLETAS E FONTES DE DADOS FORNECIDAS EM www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability 2019/02/27

EQUIPE TÉCNICA



com base em uma decisão do Parlamento Alemão